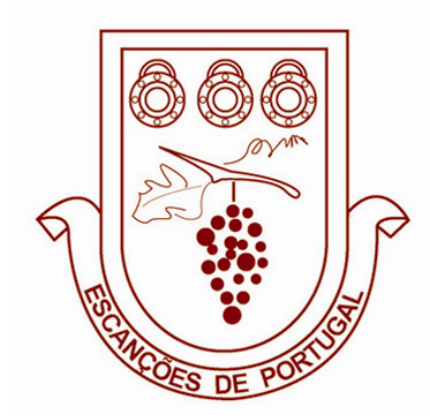


ASSOCIAÇÃO DOS ESCANÇÕES DE PORTUGAL



Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola



Vinhos Brancos e Tintos

-2014-

Regulamento

Lisboa, 06 de Outubro de 2014

Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola

Regulamento

1- O Concurso de Vinhos Crédito Agrícola tem por objectivo a atribuição da distinção a vinhos engarrafados, da distinção "*Tambuladeira dos Escanções de Portugal*", da responsabilidade da Associação dos Escanções de Portugal, adiante referida como A.E.P., e, por força do presente regulamento, do promotor Crédito Agrícola, aqui representado pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

2- A distinção "*Tambuladeira dos Escanções de Portugal*" será atribuída anualmente, através do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola, até que o concurso seja suspenso ou extinto pela A.E.P. ou pelo Crédito Agrícola, competindo sempre, à A.E.P., em qualquer um dos casos, a comunicação desta suspensão ou extinção às entidades competentes.

3.1.- O Concurso de Vinhos Crédito Agrícola é exclusivo para Associados e Clientes do Crédito Agrícola e aberto aos vinhos brancos e tintos produzidos em Portugal, com direito a Denominação de Origem ou Indicação Geográfica incluindo os vinhos que indiquem casta e/ou ano de colheita na rotulagem, nos termos da Portaria nº 199/2010, de 14 de abril.

3.2.- Somente serão aceites a concurso os vinhos que cumpram a legislação nacional e comunitária em vigor.

3.3.- Cada produtor apenas poderá, submeter a concurso um vinho de cada categoria.

4.1.- Nos termos da legislação em vigor, todos os vinhos devem estar engarrafados em recipientes de capacidade inferior ou igual a 2 litros e indicar na respetiva rotulagem, devidamente aprovada pela entidade certificadora (CVR) ou pelo IVV, a sua origem e ano de colheita devendo ainda estar munidos de um dispositivo de fecho não recuperável.

4.2.- Os vinhos admitidos a concurso devem corresponder a um único lote homogéneo proveniente, no momento do engarrafamento, do mesmo depósito devendo estar disponíveis para o mercado pelo menos 1000 litros.

5.1. - Os interessados devem enviar a ficha de inscrição devidamente preenchida, devendo ainda cumprir com o estabelecido nas alíneas do nº 18 do presente Regulamento.

5.2 – As indicações listadas na ficha de inscrição comprometem e responsabilizam o produtor. Porém a Organização reserva-se ao direito de utilizar os meios à sua disposição, para confirmar a veracidade dos produtos a concurso, designadamente no mercado, ou mesmo confirmar junto da entidade certificadora ou do organismo de controlo, as informações apresentadas.

5.3. - Com o objetivo de assegurar o correto e adequado desenrolar das provas cegas, dos vinhos admitidos a concurso, apenas serão avaliados os constantes das primeiras 250 inscrições, independentemente da sua categoria.

6.1. - Na sequência da recepção das amostras, a organização procederá ao controlo e catalogação dos vinhos admitidos a concurso, procedendo inicialmente à sua agregação, por categoria, consoante sejam brancos ou tintos e, depois, subsequentemente por região vitivinícola; serão depois agregados de acordo com a natureza do respectivo produtor, com o objectivo de criar dois grupos distintos de cada categoria por região vitivinícola, com o objetivo de agrupar diferenciadamente os vinhos de cooperativas dos vinhos dos restantes produtores, sendo, portanto, um dos grupos integrado exclusivamente por cooperativas e o outro pelos demais produtores participantes.

6.2. – A não identificação do ano de colheita não será motivo de exclusão.

7- Todos os vinhos admitidos a concurso são sujeitos a uma prova de vinhos cega efectuada por um número mínimo de cinco provadores, havendo o Presidente do Concurso e um presidente para cada painel, doravante denominado painel:

- 2 Escanções
- 1 Jornalista/Convidado CA
- 1 Enólogo
- 1 Bloger / Enófilo

8- A selecção do painel é da responsabilidade da Direcção da A.E.P. e do promotor Crédito Agrícola, podendo o painel e a sua composição sofrer alterações, de ano para ano, consoante a A.E.P. e o Crédito Agrícola o tenham por conveniente.

9- Após a realização da prova cega, os vinhos serão pontuados, de 0 a 100, por cada um dos cinco provadores que integram o painel do Concurso, de acordo com determinados critérios base de apreciação e pontuação que se encontram identificados na cláusula seguinte e na Ficha de Prova estabelecida pela A.E.P., que integra o presente Regulamento como Anexo número um.

10- Tendo presente o exposto no número precedente, a avaliação dos vinhos submetidos à prova cega será efectuada por cada um dos provadores que integrem o painel tendo em conta os seguintes critérios base de apreciação e tabela de pontuação:

- i) Cor – 1 a 5 pontos;
- ii) Limpidez – 1 a 10 pontos;
- iii) Aroma – 1 a 10 pontos;
- iv) Persistência – 1 a 15 pontos;
- v) Sabor – 1 a 15 pontos;
- vi) Intensidade – 1 a 15 pontos;
- vii) Final de boca – 1 a 15 pontos;
- viii) Apreciação do conjunto – 1 a 15 pontos.

11- Cada uma das seguintes distinções “*Tambuladeira dos Escanções de Portugal*” será atribuída em função da média da pontuação final atribuída por cada um dos provadores:

- Tambuladeira de Bronze: de 80 a 84 Pontos de média final
- Tambuladeira de Prata: de 85 a 89 Pontos de média final
- Tambuladeira de Ouro: de 90 a 100 Pontos de média final

12.1 - O número de medalhas a atribuir cumpre com o disposto na alínea d) do artigo 17º da Portaria nº 239/2012, de 9 de Agosto.

12.2 - As distinções a que se refere o número anterior só podem ser atribuídas a um limite máximo de 30% (trinta por cento) dos vinhos engarrafados participantes no concurso, nos termos do estabelecido no número 5.3.

12.3 - Para além da distinção da “*Tambuladeira dos Escanções de Portugal*”, atribuída nos termos estabelecidos no ponto 11, serão entregues medalhas ao melhor da região, de acordo, melhor Produtor e Cooperativa das regiões a concurso.

13- Os resultados serão comunicados, no final de cada prova, aos respectivos participantes.

14- A A.E.P. assegurará a guarda, em arquivo, das Fichas de Prova preenchidas pelos provadores do painel, pelo prazo de 5 anos, de forma a salvaguardar a possibilidade de eventual verificação por parte das entidades competentes, caso o entendam ou pretendam fazer.

15.1.- Os participantes são livres de solicitar à A.E.P. os selos respeitantes às Tambuladeiras atribuídas no Concurso, os quais serão emitidos exclusivamente pela A.E.P., sendo o seu custo previamente comunicado aos produtores e cooperativas que os solicitarem.

15.2.- Os selos poderão ser emitidos em várias línguas quando destinados a certos mercados de exportação.

16- A A.E.P. é a entidade responsável pelo controle dos vinhos e do número de selos solicitados, pelo que apenas disponibilizará aos interessados, os autocolantes respeitantes às medalhas a colocar no rótulo ou contra-rótulo, em número correspondente ao volume declarado na ficha de inscrição.

17-Anualmente, e para cada edição do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola, a A.E.P., em conjunto com o Crédito Agrícola, publicitará no *site* do Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt) e nos demais locais tidos por convenientes, nomeadamente jornais, a data limite e locais de inscrição e respectivas condições, bem como as datas e local de realização da prova cega e de atribuição dos prémios.

18.1.- A primeira edição do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola decorrerá de 20 a 23 de Novembro de 2014 na Feira Portugal Agro, com a realização da prova cega apenas nos dias 20 e 21.

18.2.- A inscrição para a primeira edição do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola poderá ser efectuada a partir do dia 01 de Outubro, sendo que as 6 garrafas de cada vinho presente a concurso deverão ser entregues a partir do dia 3/11/2014 até ao dia 14/11/2014, na A.I.P. – Feiras, Congressos e Eventos, sita na Rua do Bojador, Parque das Nações, 1998-010 LISBOA.

18.3.- No acto de inscrição cada produtor deverá, por cada vinho submetido a concurso, pagar, através da entrega de cheque sacado à ordem da A.E.P, ou por transferência bancária a quantia de € 50 (cinquenta euros) para associados ou € 75 (setenta e cinco

euros) para clientes, consoante seja Associado ou Cliente do Crédito Agrícola. Os produtores (Associados ou clientes do Crédito Agrícola) que sejam expositores na Portugal Agro estão, no entanto, isentos deste pagamento.

19 - A A.E.P. poderá proceder criminalmente contra quem, de forma abusiva, não cumpra o presente Regulamento.

20- Integram o presente Regulamento o Selo, a ficha de inscrição e a ficha de prova da A.E.P.

21- A A.E.P. e o Crédito Agrícola reservam-se o direito de, a todo o tempo, modificar o presente Regulamento.

22- A participação no Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola pressupõe e significa a integral compreensão e aceitação dos termos e condições do presente Regulamento.

O Presidente da Direcção da A.E.P.



Rodolfo Tristão

Notas Finais:

Número previsto de amostras: Até 250